



## COMUNICADO n.º 2 / 2011

### É TEMPO DE COERÊNCIA / DE UNIÃO / DE SOLIDARIEDADE

Colegas da Inspeção Tributária,

#### ● Paragem do Uso de Bens Próprios ao Serviço do Estado

Que ninguém duvide que, tal como afirmamos no anterior comunicado, apenas de uma acção conjunta e coordenada poderemos esperar sucesso na resolução prática das nossas reivindicações, pelo que, ao verificarmos uma considerável adesão a esta luta em distritos tão diversos como Braga (82%), Viseu (100%), Porto (85%), Coimbra (67%), Aveiro (90%), Leiria, Santarém e outros distritos com adesões importantes, estranhamos que não tenha surgido qualquer iniciativa dos responsáveis políticos e administrativos no sentido de apresentar propostas concretas (e não apenas verbais) que conduzam, tal como dissemos, à discussão e resolução das diversas questões que enunciámos.

Não compreendemos a falta de resposta dos Directores de Finanças (*com raríssimas excepções, em que consideram inoportuno o início de determinadas acções e a sua substituição por acções passíveis de realizar por transporte público*) aos inúmeros requerimentos apresentados pelos colegas que aderiram à paragem do uso de bens próprios. Estarão à espera de resposta superiormente ditada? Terão indicações para não responderem? Não merecerão, os funcionários, o simples respeito de uma resposta escrita a um requerimento?

E o que dizer dos diversos Serviços em que tem sido “sugerido” aos funcionários da Inspeção Tributária que “a bem do Estado” utilizem as suas viaturas particulares para desenvolver as acções inspectivas externas, mas que preencham “incorrectamente” os correspondentes Boletins Itinerários assinalando que as deslocações foram efectuadas em transporte público, mas que não procedem à entrega dos bilhetes pelo factos dos mesmos se terem “extraviado”?

Que comentário nos deve merecer tal “desrespeito”??? Deixamos à vossa consideração!

Mantemos as reivindicações que originaram esta medida de luta:

- Atribuição / Manutenção do Vínculo de Nomeação Definitiva;
- Urgente (re)início do Processo de Revisão das Carreiras de Regime Especial da DGCI;
- Aplicação integral e linear do Decreto-Lei n.º 106/98, uniformizando a sua aplicação;
- Aplicação imediata à DGCI do Decreto-Lei n.º 112/2001;
- Urgente retomar dos procedimentos concursais “cessados”.

De forma a uniformizar os procedimentos, deverão os colegas que procederam à entrega de requerimentos no âmbito desta medida de luta, e que não tenham obtido qualquer resposta ao mesmo, proceder ao envio de email ao cuidado do Director de Finanças respectivo, e com conhecimento ao respectivo coordenador e chefe de divisão (avaliador) com o seguinte teor:

Exmo.(a) Senhor(a) Director(a) de Finanças de .....

C/c Dr.(a) ..... (Chefe de Divisão .....)

C/c Dr.(a) ..... (Coordenador Equipa .....)

Tendo procedido à entrega de requerimento(s) que permitisse(m) a realização de acção(ões) inspectiva(s) externa(s), ao(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s) e na(s) data(s) mencionada(s) no(s) requerimento(s) que, atempadamente, foi(ram) entregue(s) ao cuidado do Exmo. Senhor Director de Finanças de ....., e não tendo obtido qualquer resposta ao mesmo, tornou-se inviável a realização da(s) referida(s) diligência(s).

De forma a manter toda a actuação devidamente documentada e fundamentada venho pelo presente informar o Exmo. Senhor Director de Finanças de ....., e os meus superiores hierárquicos imediatos, da impossibilidade de realização da(s) diligência(s) externa(s) a:

*(identificação da OI/DI) – (nome do contribuinte) – NIPC .....*

Com os melhores cumprimentos,

*(identificação do técnico)*

A referida actuação permitirá deixar devidamente documentado o peso e união dos Profissionais da Inspeção Tributária à medida de luta assumida na Assembleia-geral de 22 de Janeiro.

Alguém imagina um funcionário da ASAE a realizar acções de inspecção na sua viatura particular? Alguém imagina um agente da PSP a utilizar o seu carro de família para executar o seu trabalho diário de investigação criminal? Claro que não! Mas alguém responde às questões que fomos colocando? Obviamente que não! Esperam a desmobilização, a supressão da nossa União! Temos de responder com uma inabalável coesão na luta e coerência nas exigências!

Além do mais, não aceitamos, nem poderíamos aceitar, que continuem a surgir afirmações que mantêm e mesmo aumentam a desconsideração para com este Corpo Inspectivo, como as proferidas, em declarações ao Diário Económico (edição de 01.02.2011), pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, em que o mesmo afirma não ser oportuno o retomar do processo de revisão de carreiras. Não é oportuno? E o respeito e consideração que estes profissionais merecem serão também inoportunos? Será de esperar que um processo tão complexo se inicie e termine rapidamente? Estaremos perante uma imposição de uma revisão de carreiras? Porque não é o mesmo iniciado desde já, permitindo uma discussão devidamente ponderada de forma a encontrar-se a melhor das soluções possíveis? Porque não assistimos ao verdadeiro início de um processo de negociação?

Questões e mais questões, praticamente todas sem qualquer resposta! Servem, têm de servir, como fundamento último para a manutenção das posições de luta assumidas! Sem desvios ou desistências! Recuar neste momento, perante o acumular de tão graves prejuízos poderá indubitavelmente reduzir o peso de futuras contestações ou medidas de luta! União, União e União!

## ● **Actividade da APIT**

### ✓ *Reuniões com Partidos Políticos com representação parlamentar*

Dado que permanecemos sem resposta aos pedidos de reunião e/ou de esclarecimentos remetidos ao cuidado do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, temos desenvolvido contactos com os Partidos Políticos com representação parlamentar, tendo a Direcção da APIT reunido já com a Direcção do PSD – Partido Social Democrata, do CDS – Partido Popular, e do PCP – Partido Comunista Português, (aguardando-se que os restantes partidos agendem reuniões a muito breve prazo), transmitindo-lhes os resultados da Assembleia Geral da APIT do passado dia 22 de Janeiro, as medidas de lutas encetadas pelos Profissionais da Inspecção Tributária, e as correspondentes reivindicações.

Deixámos claramente expresso, que acima de tudo pretendemos o cumprimento da legislação em vigor, e que na sua esmagadora maioria, as reivindicações deste Corpo Inspecção não possuem impacto orçamental ou a existir é de muito reduzido montante.

Para além da compreensão pelos problemas sentidos, muito deles extensíveis à restante Função Pública, existiu interesse em serem os próprios a questionar o Ministério das Finanças e da Administração Pública acerca das reivindicações dos Profissionais da Inspecção Tributária, e em especial, a questionarem as razões por detrás da falta de diálogo e da falta de esclarecimentos cabais e atempados. Aguardamos que o façam.

### ✓ *Contactos com a Comissão Nacional de Protecção de Dados*

Perante o *fluxo* (mensal) de emails recebidos e enviados (com referência a Janeiro de 2011) que todos recebemos na nossa conta de correio profissional, e dado que tal poderá constituir intromissão na vida privada de cada funcionário, remetemos, em devido tempo (03.02.2011) o pedido de averiguação da legalidade do procedimento à Comissão Nacional de Protecção de Dados e à Comissão (Parlamentar) de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Da referida Comissão Parlamentar, recebemos a indicação que "... *por determinação do Senhor Presidente* (da referida Comissão), *foi distribuída aos Deputados da Comissão para conhecimento* (a nossa comunicação) ...", aguardando os mesmos a análise que a Comissão Nacional de Protecção de Dados fará do nosso pedido de intervenção.

### ✓ *"Cessação" de Procedimentos Concursais*

De acordo com o Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, e relativamente aos procedimentos de avaliação permanente, este comunicou que "... *Confirmo o entendimento, à luz do Despacho n.º 15248-A/2010, de S. E. o MEF, que os procedimentos descritos na presente nota* (Avaliação Permanente / DGCI) *devem ser suspensos, salvaguardando-se os efeitos e resultados dos ciclos já iniciados e concluídos* ...".

Relativamente ao procedimento interno de progressão para o grau 5 (ITP) da carreira de Inspector Tributário, que não aparece devidamente identificado na comunicação atrás referida, e embora o Sr. Director Geral dos Impostos seja da opinião que o procedimento também se encontra meramente suspenso, a APIT, e de forma a que também para este procedimento tenhamos certezas sobre a sua situação perante o teor do Despacho 15248-A/2010, do Ministro de

Estado e das Finanças, já endereçou um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário de Estado da Administração Pública.

Não nos esqueçamos igualmente de solicitar informações relativamente à “prometida” abertura de concursos de grau 5 noutras categorias do GAT (TEP), e à forma como ocorrerão as respectivas aberturas (prazos e moldes) após o presente “congelamento”.

✓ *Assembleia-Geral*

Aguardamos a marcação pela Mesa da Assembleia Geral da data e local de realização da próxima Assembleia Geral da APIT, que esperamos ocorra imediatamente após o final do período temporal da medida de luta aprovada na Assembleia Geral de 22 de Janeiro, de forma a que logo que nos seja possível, informemos de imediato todos os associados.

#### ● **Coerência / Coesão / Solidariedade**

Vamos definitivamente mostrar a nossa coerência. Entre o que afirmamos e o que defendemos! De forma activa e séria. Apenas a união de todos nós poderá contribuir para o sucesso desta luta.

Continuará a ser, de uma forma clara e inequívoca, com propostas exequíveis e legalmente fundamentadas, que a APIT e a Inspeção Tributária demonstrarão a firmeza e justiça das posições que assumiram, aguardando-se que, perante a falta de resposta dos nossos superiores hierárquicos, e ao contrário daquilo que os mesmos esperam e desejam, não exista desmobilização, mas união e apoio ao necessário agravamento das posições assumidas, sempre em defesa de um diálogo sério e construtivo, esperando que surja rapidamente um processo aprofundado de diálogo, seja das propostas apresentadas pelas APIT, seja das propostas a apresentar pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública e/ou pela Direcção Geral dos Impostos.

Não podemos deixar de, neste momento, deixar bem vincado o nosso reconhecimento pelo esforço pessoal desenvolvido por todos os colegas, que conscientes da gravidade dos problemas que enfrentamos, se têm mantido firmes, unidos e determinados, nos compromissos e acções de luta assumidas.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2011

Com os melhores cumprimentos,  
A Direcção da APIT